

A danação de Fausto

Este é de fato o país das maravilhas. Um dia, o presidente da República ocupa a atenção da Nação, mobiliza os cidadãos para enfrentar a ganância dos empresários, proclama o fim da inflação e ganha, depois, as eleições. Passada a ressaca, quando a realidade se impõe, o chefe de governo, sem o sorriso triunfante de fevereiro de 1986, volta à televisão — um canal apenas, desta vez — para dizer, com redobrada humildade, que ninguém sabia o que iria acontecer com a economia quando se decretou o Plano Cruzado. Ninguém, absolutamente ninguém: nem o chefe do governo — que à época disse coisas maravilhosas ao povo — nem os economistas, que o levaram a fazer afirmações falsas. Ninguém sabia para onde o País estava sendo levado em 28 de fevereiro de 1986, mas hoje se sabe que houve um culpado pelo malogro de tudo: “Politicamente, todo mundo tentou derrubar o Plano Cruzado. Seu fracasso não foi culpa do governo”. O chefe de Estado mencionou os trabalhadores como responsáveis, mas deixou subentendido que foram os empresários. Apesar da ignorância — afinal não existe uma burrice que é santa? — do presidente e de seus economistas, o governo não teve culpa pela desorganização da economia, pela transformação dos brasileiros em agentes policiais, pelo nascimento de um clima fascista no País, pela violação da Constituição, pelo cerceamento da Justiça. É preciso ver, no entanto, que, na medida em que as greves são fenômeno coletivo e, como o governo (igualmente ente coletivo) não é responsável por nada, ninguém pode ser acusado pelos males que uma má teoria econômica e um impulso de vontade colocado a serviço não se sabe de que finalidades causaram ao Brasil.

O Brasil não é apenas o país das maravilhas. É também um triste País, aquele em que o presidente da República pode dizer que jogou o Brasil numa aventura (que outra coisa se pode dizer de quem afirma não saber qual seria o resultado de uma profunda reforma monetária e econômica?) e em que os políticos não se escandalizam, a opinião pública não se comove e todos buscam acomodar-se com os que estão no poder, pretendendo conservar um lugar próximo à vela cuja luz brilha e que todos tomam pela do sol.

Em qualquer país que não fosse uma republiqueta — e o País já se transformou numa, ou para usar a expressão de Euclides, em desuso, numa *republicola* — o líder da oposição pediria ao Congresso que se discutisse a responsabilidade do chefe

de Estado pelo abuso de confiança que admitiu ter sido cometido. Promover a responsabilidade do sr. José Sarney, sim, pois o presidente da República, ao precipitar o Brasil numa aventura, deixou de “observar as leis (violou a Constituição ao fazer o Plano Cruzado), promover o bem geral e sustentar a união... do Brasil” (Constituição Federal, artigo 76, que estabelece os termos do juramento presidencial). Mais ainda: ao fazer uma reforma econômica da profundidade da que promoveu em 1986 sem ter exata noção do que poderia acontecer — quando qualquer leigo que militasse na produção lhe poderia ter esclarecido para onde se estava levando a economia do País — o presidente da República violou outra vez a Constituição. Desta vez, cometendo claramente ações suscetíveis de serem inquinadas de crime de responsabilidade!

Expliquemo-nos para que s. exa. não diga que está sendo incompreendido e que interesses políticos militam contra sua pessoa e seu governo. Ao reformar a economia sem saber o que fazia, desorganizando-a, o chefe de governo atentou contra a segurança interna do País (Constituição, art. 82, IV). Ao declarar nulos os contratos e sem efeito o preceito constitucional que garantia o ato jurídico perfeito (o Plano Cruzado, como nos cansamos de demonstrar, assim fez, tanto é verdade que o consultor-geral da República remeteu a legalidade do decreto-lei à futura Constituição, pois aquela até hoje vigente lhe parecia moribunda), o presidente da República atentou contra o exercício dos direitos políticos, individuais e sociais (Constituição, art. 82, III). Ao permitir, na qualidade de responsável pela direção superior da administração federal (Constituição, art. 81, I), que os dados referentes à balança comercial do País fossem adulterados, expondo o nome do Brasil à execração internacional, o chefe de governo atentou contra a segurança interna do País e a probidade na administração (Constituição, art. 84, V).

Nem Vargas, em 1954; nem Juscelino durante todo o assédio a que foi submetido de 1955 a 1958; nem João Goulart no fim de seu governo, realizaram ações administrativas possíveis de ser enquadradas como crimes de responsabilidade. O sr. João Goulart não colocou a República em risco como o fez o sr. José Sarney ao desorganizar a economia e ao despertar na massa os piores sentimentos fascistoídes. Contra o sr. João Goulart, protestou-se; contra o sr. José Sarney há o silêncio que

só se encontra na paz dos cemitérios, ou nos pântanos.

O sr. José Sarney não se contenta em dizer pela televisão que não sabia o que fez (Noel Rosa tem um lindo samba “Feitiço da Vila”, que começa mais ou menos assim: “Quem é você, que não sabe o que diz?”); inside no erro e volta a dizer que é preciso “perseguir o ideal de modificar a Constituição”. O chefe de Estado, responsável pela guarda da paz pública, joga as forças políticas contra a Constituição que não está sequer aprovada. Que espera o presidente? Que se repitam os avisos públicos de que as Forças Armadas não tolerarão os insultos que não foram inscritos na Constituição? Que o País se mobilize para reformar uma Constituição que não está em vigor? Que a crise de autoridade, pela qual ele é o único responsável, se transforme numa crise de regime para que s. exa. assumia poderes ditatoriais apoiado nas Forças Armadas, a pretexto de fazer uma Constituição voltada para o futuro?

É inacreditável que o chefe do Executivo invoque como argumento para fundamentar seu ataque à Assembléia Nacional Constituinte o fato de ter sido parlamentar durante 27 anos. Porque esteve no exercício do mandato popular durante mais de um quarto de século — tempo demais, num país de jovens —, o sr. José Sarney se considera no direito de dizer que a Constituição não é boa. Esse direito é da cidadania, não do chefe do Executivo, que nesses 27 anos esteve pelo menos 21 no partido do autoritarismo que emasculou o Poder Legislativo. A experiência, com certeza, inspira sua investida contra a Assembléia Nacional Constituinte. O grave no fato de o presidente reincidir nos ataques à Assembléia é que s. exa. não se apercebeu de que enquanto chefe do Executivo pode interferir nas atividades do Congresso Nacional, mas não da Assembléia Nacional Constituinte, que, ainda que derivada, é poder diverso do Legislativo.

Desgraçadamente, este é o espetáculo que o Brasil de hoje oferece: um chefe de Estado que investe contra a obra inacabada da Assembléia Constituinte, concludendo o povo a mudá-la (como?), e um chefe de governo que diz ter feito a maior e a mais profunda reforma econômica dos últimos decênios sem saber onde as coisas iriam parar. Vivo fosse o general Góes Monteiro, ele exclamaria que esta é a hora da potência das trevas. Será para elas que se volta o sr. José Sarney, à espera da juventude e do poder que Fausto perseguiu até perder sua alma para sempre?